

Reitor garante: Ufes sobreviverá aos cortes de verbas

A apresentação pública da administração sobre a situação financeira da universidade foi alvo de críticas



Apresentação pública sobre situação da Ufes e coletiva à imprensa aconteceram no Teatro Universitário.

O reitor Reinaldo Centoducatte e a vice-reitora Ethel Maciel reuniram a comunidade acadêmica no último dia 04/09 para apresentar dados sobre a crise da universidade. O Teatro Universitário ficou lotado, principalmente de estudantes que levaram cartazes denunciando a política de cortes e a falta de transparência da administração.

Também participaram da exposição os Pró-reitores de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prolan), Anilton Sales e de Administração (Proad), Thereza Cristina Carneiro. Eles afirmaram que a Ufes deixou de receber R\$ 29 milhões, o correspondente a 25% do orçamento previsto para este ano. De 2014 para 2017 o valor destinado às universidades federais caiu pela

metade. O que sobrou ainda foi contingenciado pelo governo de Michel Temer (PMDB).

“Estamos adaptando o orçamento para continuar oferecendo uma educação de qualidade”, garantiu Centoducatte. De forma evasiva, o reitor disse que estava na expectativa de receber o restante dos recursos. E dois dias depois da audiência pública chegou a confirmação: o MEC anunciou a liberação da verba de custeio, porém apenas 5% do valor contingenciado (R\$ 4,3 milhões).

Contenção de gastos. Entre as medidas já adotadas pela reitoria e que foi destacada na audiência pública está o convênio com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) que permite a substituição de mão-de-obra

terceirizada pela de apenas para atuar na capina e limpeza do campus. Tem ainda a parceria com a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) para que a Polícia Militar realize ronda na universidade. Tal iniciativa, inclusive, ocorreu sem consulta à comunidade universitária.

Orçamento 2018. O reitor mostrou-se pessimista quanto ao orçamento de 2018, a ser aprovado pelo Congresso em outubro. A Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos, impedirá o aumento de recursos.

Privatização. “A Ufes está sendo sucateada com objetivo de acelerar sua privatização”, frisou o técnico, Filipe Firmino. A crise, para ele, não é apenas de gestão. “O governo retirou

recursos da educação e saúde para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública e está oferecendo isenções para grandes empresas”.

Os estudantes também se manifestaram contra a política de cortes. “A Ufes está fechando as portas para os pretos, indígenas e pobres. Vamos ter evasão sem precedentes”, alertou João Victor Santos, do Coletivo Negra da.

Falta transparência. O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, destacou a falta de transparência da administração no processo dos cortes. “Há anos, o Andes-SN e a Adufes denunciam a precarização da educação, inclusive quando a Ufes aderiu ao Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni)”.

Adufes integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos



Ato no Palácio Anchieta denunciou o extermínio da juventude negra no ES.

Pela primeira vez em sua história de quase 40 anos, o sindicato passou a fazer parte do CEDH. As professoras Ana Carolina Galvão Marsiglia (titular), do Departamento de Pedagogia e Gilsa Helena Barcelos (suplente), do Serviço Social, integram agora o Conselho, assumindo a tarefa de fortalecer a atuação da Adufes na defesa ao respeito à ética, à diversidade

de direitos humanos. Anova gestão do CEDH (biênio 2017/2019) será empossada em 28/09. “O Sindicato está honrado em fazer parte do grupo. O ES é um estado marcado por violações e, para nós, fazer parte do Conselho será um desafio” disse o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

de direitos humanos.

O Espírito Santo ocupa os primeiros lugares no ranking de homicídios de mulheres, jovens e negros. Responde medida cautelar na Corte Interamericana de Direitos Humanos por violações no Sistema Socioeducativo e foi denunciado na ONU pelas “masmorras” do Sistema Prisional.

Funcionamento. Com muitas limitações, os Conselhos de Direitos Humanos funcionam em situação de precariedade, inclusive com severos cortes de verbas sobre os programas de proteção.

Criado em 1995, o CEDH tem como finalidade investigar as violações de direitos humanos, encaminhar as denúncias e representações que lhe forem dirigidas, além de estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Seligue! A luta contra a Reforma da Previdência, o projeto de Terceirização, Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e da EC 95 (que congela os gastos públicos por 20 anos) só avança na Ufes. Na terça-feira 12, às 7 horas, café com bananas no Hucam, em Maruípe. Na quarta 13, às 16 horas, palestra com o assessor jurídico do ANDES-SN sobre Reforma da Previdência na Adufes. Quinta 14, **Dia Nacional de Lutas e Paralisações**, palestra pela manhã (em Goiabeiras) e à tarde (Ifes). **Accesse:** www.adufes.org.br

Adufes cria comissão para discutir Estatuto da Ufes



Protesto de estudantes pedindo estatuinte na Ufes.

O grupo que analisará o atual Estatuto e as implicações das novas propostas está em fase de formação. “Precisamos de normas democráticas e com-

prometidas com as necessidades de professores, estudantes, técnicos e anseios da população”, defende o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Segundo ele, o novo documento precisa garantir qualidade do ensino, da pesquisa e extensão. “O sindicato sempre defendeu o processo estatuinte, pois as demandas da comunidade universitária não podem simplesmente ser enviadas por e-mail, como está ocorrendo”.

Para Esther Tavares, estudante de Serviço Social, uma estatuinte pressupõe inúmeras fases, como constituição de comissão, divulgação das informações, reuniões, palestras, seminários, assembleias setoriais e gerais, escolha de delegados e sistematização das atividades.

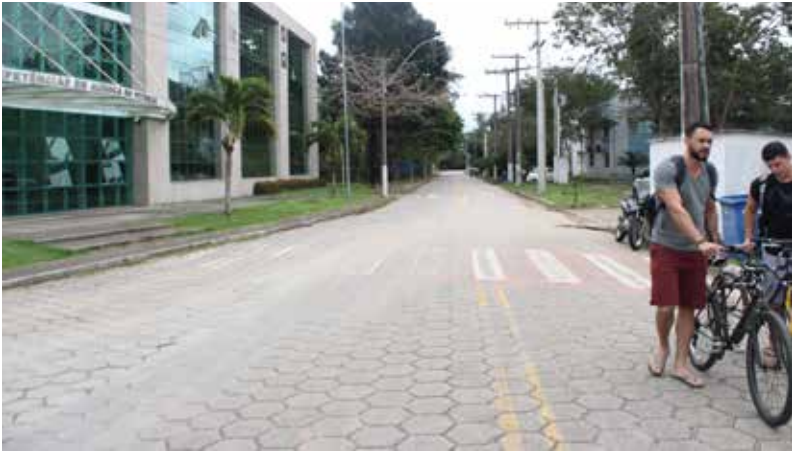
Para ela, o Congresso Universitário Estatuinte, espaço onde as propostas devem ser ampliadas, modificadas, ajustadas e

referendadas, são importantes no processo. “O Estatuto só pode ser submetido à apreciação do Conselho Universitário e encaminhado ao MEC após aprovação pelo Congresso, caso contrário todo o processo será antidemocrático e elitista”.

Autonomia universitária. Para discutir novas normas para a universidade é preciso que seja levada em consideração também à autonomia universitária. “A comissão estatuinte (e não um grupo isolado), tem que propor um cronograma de atividades para debater o papel da universidade e a instituição de ensino que queremos”, salienta a diretora do Sintufes, Joance Pereira, informando que o Sintufes está discutindo o estatuto.

Polícia Militar na Ufes: autonomia universitária em risco

Comunidade está assustada com violência e com a presença da PM nos campi



Insegurança cada vez mais presente está assustando a comunidade acadêmica.

Viaturas e policiais armados fazendo ronda passaram a fazer parte da rotina da comunidade acadêmica dos campi de Goiabeiras e Ceunes, em São Mateus. Em breve, isso será realidade no CCS, em Maruípe, e em Alegre. O espaço também pode receber postos permanentes

da PM. “Isso não está fora de cogitação”, ressaltou o prefeito universitário Renato Schwab, garantindo que as rondas policiais vão aumentar a sensação de segurança de alunos, professores e funcionários.

Enquanto isso, por imposição do governo federal, o efetivo da

guarda universitária só encolhe, até ela deixar de existir. “Os poucos profissionais concursados que restam estão doentes ou prestes a se aposentar. Dos 22 agentes, metade atua de fato e nem todos têm habilitação para conduzir motos ou viaturas”, contou um funcionário da equipe que pediu para não ser identificado. Sem concurso público há décadas, a terceirização e, mais recentemente, a parceria para manter policiais militares dentro dos campi, são vistas por muitos como “males necessários”.

Crise orçamentária. Até mesmo a vigilância terceirizada não é mais a mesma na Ufes. De 2014 para cá, o efetivo já foi reduzido em 50%. “São seis profissionais porturno”, contou

um terceirizado de Goiabeiras. Em caso de ocorrência, é feito boletim interno e as vítimas registram queixa na polícia.

O custo global do contrato do serviço terceirizado, segundo o prefeito, é de R\$ 250 mil/mês. De janeiro a agosto, foram registradas 36 ocorrências (15 assaltos e 21 furtos), mas há casos de tentativa de estupro e arrombamentos de veículos. Os lugares perigosos são a área da caixa d’água e o entorno do manguezal.

Toque de recolher. O medo tem levado setores a adotar “toque de recolher” no campus de Goiabeiras. “Saímos uma hora mais cedo porque o risco aqui é grande”, confessou uma funcionária que trabalha nas imediações do CCJE, uma das regiões vulneráveis.

Guaritas de segurança são retratos do descaso e abandono



Abandono: cabines de segurança viram depósito de lixo e entulhos.

Em Goiabeiras, as cancelas que dão acesso à entrada e saída de veículos estão longe de garantir rigor na segurança. Apesar do aparato das câmeras, que estão interligadas à Central de Monitoramento, qualquer pessoa passa sem problemas. E as cabines, principalmente

da parte sul, ficam dia e noite vazias, servindo como depósito de lixo e entulhos.

A promessa de cartão único de identificação que restringirá o livre acesso ao campus nunca saiu do papel. “As câmeras registram a placa e o condutor, portanto ajudam no controle”,

defendeu o prefeito universitário, Renato Schwab, ressaltando que o cartão único está sob responsabilidade do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

Ele também reconheceu que volta e meia as cancelas são quebradas por motoristas dirigindo acima da velocidade recomendável, daí a urgência da universidade repensar um sistema de monitoramento mais eficaz.

Carros parados, sem combustível. Segundo denúncia de um agente, os carros usados pelos seguranças no campus de Goiabeiras estão parados no pátio por falta de combustível. “Isso não é verdade. Temos uma cota que está sendo respeitada”, garantiu Schwab.

Grito por socorro. O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto visitou a sala de

videomonitoramento da Ufes. “A segurança jamais pode sofrer com os cortes. Afinal, quanto vale a vida?”, questiona Rocha. Para ele, o policiamento – alternativa colocada pela Ufes para reforçar a segurança – precisa ser discutido com a comunidade universitária. “Precisamos de segurança, mas a militarização do campus é um grave atentado à autonomia universitária”.

O diretor do Sintufes (sindicato dos técnico-administrativos) Wellington Pereira também é contra a presença militar. “Temos histórico de repressão aos movimentos políticos organizados e sabemos do despreparo da PM em lidar com o ambiente acadêmico”.

“É preciso debater segurança sob o olhar universitário, repensando ações que pautem segurança e liberdade”, afirma.

Prejudicada com cortes de verbas, universidade diminui a oferta de bolsas

A Ufes reduziu cerca de 1/3 dos investimentos com bolsas na graduação. O CUn votou a medida em agosto.



O Conselho Universitário (Cun) aprovou novo quantitativo e uma resolução para o Programa Integrado de Bolsas (PIB/Ufes). As medidas afetam diretamente os estudantes mais pobres. As alterações, que começaram a valer neste mês, são reflexos dos cortes de verbas que foram intensificados nas federais pelo governo de Michel Temer (PMDB).

As bolsas Paep I, destinadas às atividades de iniciação Científica e dos programas de pesquisa e extensão realizadas pelas unidades e Centros de Ensino, foram reduzidas em 18%. Já o Paep II, de Apoio Administrativo - antiga PAD -, o corte foi

mais radical: 35%.

O Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), Anilton Salles, explica que o MEC determinou que as instituições gastassem 45% do valor previsto para investimentos e 75% do reservado para custeio (atividades de manutenção, como limpeza e vigilância). “Essas bolsas são pagas com recursos próprios da universidade que deixou de receber 29 milhões”, disse, frisando que a Ufes está adequando despesas e contratos para poder continuar de portas abertas.

Cotas. As cotas raciais, que já existem na graduação e nas pós de alguns cursos, passam a

valer nos editais de seleção para as bolsas PAEP I. “No mínimo de 50% das vagas serão providas a pelo menos 25% da reserva aos estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) com renda familiar igual ou inferior a um salário-mínimo per capita, segundo o cadastro 2017/1 da Pró-reitora de Assistência Estudantil e Cidadania (PROAECI)”, explica o Conselheiro no CUn, Felipe Firmino.

Apesar de considerar as cotas raciais e sociais no PAEP I como um avanço na Ufes, ele avalia que diante do contingenciamento, o quantitativo geral de bolsas é insuficiente para garantir a permanência de alunos de baixa renda na universidade.

O estudante de Ciências Sociais, Leonardo Muniz, representante também no CUn, lembra a luta histórica do movimento por cotas raciais e sociais em todas as modalidades de bolsas. Um ponto negativo,

segundo Muniz, é o critério meritocrático do processo de seleção.

“Se por algum motivo um estudante teve rendimento baixo no semestre anterior e deseja concorrer a PAEP I, destinadas à iniciação Científica e programas de Extensão, em que o coeficiente tem peso de 70%, dificilmente será selecionado”, frisou, salientando que mais uma vez, discentes que dividem os estudos com o trabalho, atuação em movimentos sociais e estudantil em paralelo com o curso superior, serão os mais prejudicados.

PAPETEC. As restrições orçamentárias comprometem, inclusive, atividades acadêmicas corriqueiras, como transporte e hospedagem de docentes convidados para participar de bancas. Desde 2015, o Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnicos e Científicos (PAPETEC) está suspenso.



Ato contra a política de sucateamento do serviço público realizado em Brasília